

Política econômica: uma sucessão de equívocos

Rogério L. Furquim Werneck

O sucesso inicial do Plano Cruzado deu alento à visão de que a economia brasileira estava prestes a completar um longo e penoso processo de ajuste, e de que finalmente tornava-se possível a retomada de uma trajetória de crescimento sustentado, envolvendo taxas anuais de expansão da ordem de 6 ou 7%, semelhantes à taxa média mantida por mais de três décadas a partir do final dos anos quarenta.

Uma sucessão de equívocos no manejo da política econômica foi aos poucos tornando esta visão crescentemente irrealista. Aos sinais claros de demanda interna excessivamente aquecida, em decorrência de um crescimento explosivo do consumo privado, o governo respondeu com o tímido e politicamente desastrado pacote de julho. Mesmo reconhecendo o acanhamento das medidas contidas naquele pacote, postergou qualquer correção de curso mais significativa para depois das eleições, quando os efeitos da expansão exagerada do consumo já assumiam um caráter alarmante, especialmente no tocante à balança comercial.

Quando finalmente veio a público o tão aguardado pacote de novembro, verificou-se que o governo optara por tentar reduzir a renda disponível do setor privado exclusivamente através de aumentos de preços. Foram anunciadas elevações substanciais de certos preços públicos e dos impostos indiretos incidentes sobre alguns bens considerados supérfluos. Lançando mão da alegação — conservadora e indefensável — de que quaisquer aumentos de impostos diretos ou esquemas de empréstimos compulsórios seriam

necessariamente regressivos, o governo evitou recorrer a qualquer mecanismo fiscal de redução direta da renda disponível do setor privado.

As magnitudes dos aumentos de preços que se consideraram necessários para gerar a redução requerida na renda disponível do setor privado colocou o plano de estabilização de preços sob um nível de tensão que poderia perfeitamente ter sido evitado. Pretendendo impedir que elevações de preços provocassem o disparo imediato do gatilho salarial, o governo impensadamente tentou impor uma mudança do índice oficial de inflação, precipitando uma perda lamentável e desnecessária de credibilidade que, juntamente com a exacerbção das expectativas inflacionárias causada pelo próprio pacote, contribuiu para acelerar o processo de ruptura do congelamento de preços. E permanece a dúvida sobre qual deverá afinal ser a real magnitude da transferência de recursos do setor privado, já que mudanças previsíveis no padrão de demanda privada em resposta aos aumentos anunciados de preços poderão frustrar em larga medida as expectativas oficiais de elevação de receita do setor público.

As perspectivas para 1987 são hoje incomparavelmente mais pessimistas do que aparentavam ser em meados de 1986. Parece ter sido atingido um patamar inflacionário de no mínimo 6% ao mês, o que significa uma taxa de inflação anualizada superior a 100%. Por outro lado, o que aparentava ser uma sólida posição externa converteu-se em poucos meses em uma situação que envolve uma probabilidade razoável de ocorrência de uma séria crise cambial.

Tudo leva a crer que 1987, longe de marcar o início da retomada de um pro-



Rogério Werneck

cesso de crescimento sustentado aoós a superação do desequilíbrio externo e a redução da inflação a taxas aceitáveis, deverá ser apenas mais um ano de ajuste para a economia brasileira. Um ano no qual fatalmente o desempenho da economia em termos de crescimento deverá assumir dimensões bem mais modestas do que em 1986.

É fundamental contudo que a preocupação central com a política de estabilização macroeconômica ao longo de 1987 não impeça que se busque também asse-

gurar o espaço para um crescimento mais rápido da economia brasileira a partir de 1988. A expansão do PIB real de quase 25% verificada desde 1984 fez-se em boa parte pela elevação da demanda de consumo e pela utilização das margens de capacidade ociosa da economia. Chegase ao final de 1986 com grande parte dos setores operando a praticamente plena capacidade. Doravante o crescimento da deverá depender fundamentalmente do esforço de investimento, que tem sido notoriamente baixo, apesar do vigor da expansão recente do produto. Em 1988 não haverá a saída fácil do crescimento através da utilização de capacidade ociosa. O espaço para crescimento deverá ser construído em larga medida pelo investimento realizado em 1987.

Há que se evitar portanto que o ajuste se faça mais uma vez à custa da redução dos investimentos. Já se fala em novos cortes de investimentos públicos, e o clima de incerteza vigente não é certamente favorável aos investimentos privados. Cabe ao governo recuperar a preocupação com o médio e longo prazo (apenas ensaiada no Plano de Metas e rapidamente esquecida), definir um programa claro e estável para seus próprios investimentos e fornecer o balizamento indispensável para as decisões de investimentos do setor privado. Há que se evitar a todo custo a mobilização exclusiva com o curto prazo. E na concepção da política de estabilização é crucial que se tenha todo cuidado com os efeitos sobre a taxa de investimento. Disto deverá depender a retomada de um crescimento mais vigoroso em 1988, após mais um ano de ajuste da economia brasileira.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-RJ.